



UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EDITAL Nº 003/2026

A Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso, no uso de suas atribuições e cumprindo o disposto nas Resoluções nº 139/2017 de 06/10/2017 e Resolução nº 04/2022 de 24/01/2022, do CEPE/FURB, homologa os Projetos de TC e respectivos orientadores conforme segue:

**MATRIZ 2014.2 – MONOGRAFIA**

<b>ALUNO(A)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR(A)</b>
ALESSANDRA GALVÃO RODRIGUES	A IMPUNIDADE DA EXTINÇÃO DOS PROCESSOS POR CAUSA SUPERVENIENTE DA MAIORIDADE DOS MENORES INFRATORES: ANÁLISE DA PERDA DO OBJETO E SEUS EFEITOS NA IMPUNIDADE E NA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	RODRIGO FERNANDO NOVELLI
ANTONIO AUGUSTO CASSOL	A EFETIVIDADE DAS GARANTIAS LOCATÍCIAS NA TUTELA DO DIREITO DE PROPRIEDADE NAS LOCAÇÕES RESIDENCIAIS URBANAS	ANA CAROLINA ALVES
BERNARDO SCHREIBER WACHHOLZ	A QUALIFICAÇÃO NOTARIAL NA LAVRATURA DE ESCRITURAS IMOBILIÁRIAS: O ALCANCE DO ARTIGO 30 DA LEI 8.935/94 E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO TABELIÃO	JORGE STOEBERL
CAILANE DOS SANTOS	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO IMEDIATA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI: SOBERANIA DOS VEREDICTOS VS. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	LUIZ EDUARDO CANI
CLÁUDIA RUCHINSQUE	REQUISITOS DO ABORTO LEGAL NO CASO DE ESTUPRO EM VÍTIMAS MENORES DE 14 ANOS	LUIZ EDUARDO CANI
FELIPE PINHEIRO CZAPSKI	A (IN)EFICÁCIA DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA PRÁTICA	RICARDO ALEXANDRE DEUCHER
IGOR CRISTIANO WELTER	O CONSTITUCIONALISMO AMBIENTAL MULTINÍVEL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO MERCOSUL: REFLEXÕES SOBRE O ACORDO MERCOSULUNIÃO EUROPEIA	MILENA PETTERS MELO

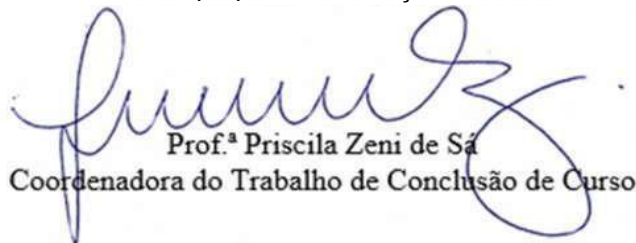
LARISSA ISADORA CURBANI	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM ACIDENTES DE TRABALHO EM ALTURA À LUZ DA NR-35	ELCEMARA APARECIDA ZIELINSKI CANI
LUIZ FERNANDO DE ASSIS SOUZA	A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR DANOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DA FIGURA DO POLUIDOR INDIRETO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	FELIPE DA SILVA CLAUDINO
LUIZA SEVERO ESTRAZULAS	DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA NA REVISÃO DE SANÇÕES APLICADAS EM PAD	MARLON CARABACA
WALTER VERGARA DE CARVALHO	A CONVENÇÃO DE HAIA DE 1980 E O SEQUESTRO INTERNACIONAL INTERPARENTAL EM TEMOS DE PANDEMIA	WANDA HELENA MENDES MUNIZ FALCÃO
<b>MATRIZ 2022.1 – ARTIGO CIENTÍFICO</b>		
<b>ALUNO(A)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR(A)</b>
ADRIANO FRANZEN	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO PARA A PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA PROCESSUAL: LEVANTAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA DAS FERRAMENTAS UTILIZADAS PELOS TRIBUNAIS	JOÃO FELIPE BUERGER
CAMILA CAROLINA DONSCHEN	O POPULISMO PARLAMENTAR RELIGIOSO E A LAICIDADE: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	ANTÔNIO CARLOS MARCHIORI
DAVI PINHEIRO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA	A NULIDADE DAS CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE GARANTIA NO MANUAL DO PROPRIETÁRIO DE VEÍCULOS À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	ANA CAROLINA ALVES

DEBORAH CRISTINI ALEXANDRE	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA À CADEIA CONTRATUAL NOS PROCESSOS DE TERCEIRIZAÇÃO TÊXTIL	JOÃO FELIPE BUERGER
EDUARDA VERÔNICA TEIXEIRA	DIREITOS DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA NECESSIDADE DE APOIO GOVERNAMENTAL ÀS ONGS ENTRE 2020 E 2026 PARA A EFETIVA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DIANTE DOS CRIMES DE MAUS-TRATOS E ABANDONO NO BRASIL	ELCEMARA APARECIDA ZIELINSKI CANI
GABRIEL CEMIN TREMEA	A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DE SUA CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ACUSADO	ANDRÉ SCHNEIDER
IGOR PERONDI RIBEIRO	O NOVO SISTEMA DE GARANTIAS REAIS (LEI N. 14/711/2023) SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR	PRISCILA ZENI DE SÁ
LARISSA KOGA	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E CONSUMO HÍDRICO: O IMPACTO AMBIENTAL DOS DATA CENTERS E OS DESAFIOS PARA O DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	FELIPE DA SILVA CLAUDINO
LAURA BARROS DE OLIVEIRA	A PRÁTICA DA PINK TAX NO MERCADO DE CONSUMO BLUMENAUENSE	ANA CAROLINA ALVES
LOHANE REIS DO NASCIMENTO	(IR)RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES NA APURAÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS QUE AGRAVAM OS RESULTADOS LESIVOS	LUIZ EDUARDO CANI
LUIZA EDUARDA HEERDT RULENSKY	O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E OS LIMITES CONSTITUCIONAIS À RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE ABSOLUTA: ANÁLISE CRÍTICA DAS DECISÕES ABSOLUTÓRIAS DO STJ NOS ANOS DE 2024 E 2025 EM RELAÇÃO AO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL	ANA LUISA DE MORAES VIEIRA

MAITHÊ MICHELSON PITZ	SHARENTING E A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DOS FILHOS: O CONFLITO ENTRE O EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR E O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ERA DIGITAL	ANA LUÍSA DE MORAES VIEIRA
MANOELA BUTZKE MAROSTICA	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	JOÃO FELIPE BUERGER
MARIA EDUARDA PEREIRA	NOVA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ANÁLISE DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO (LAC) SOB O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO AMBIENTAL	FELIPE DA SILVA CLAUDINO
MATHEUS CARLINI	TOKENIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: SEGURANÇA JURÍDICA, DIREITOS REAIS E PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO DIGITAL	JOÃO FELIPE BUERGER
NATÁLIA DONINI BEHLING	LAWFARE DE GÊNERO E ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.318/2010	ANA CAROLINA ALVES
PAMELA BARRETO DE ANDRADE	A TUTELA DA PRIVACIDADE MENTAL NO DIREITO BRASILEIRO	ALEJANDRO KNAESEL ARRABAL
PAULO JOSÉ LIMA VIEIRA	A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO EM PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO E SEGURANÇA PESSOAL NO ENSINO FORMAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO	CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER
STÉFANI BICIGO BORTOLI	A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR E OS REQUISITOS JURÍDICOS PARA O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO PLANOS DE SAÚDE NO ESTADO DE SANTA CATARINA	JOÃO FELIPE BUERGER

STEPHANIE CRISTINE RIBEIRO	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 18.987, DE 16 DE JULHO DE 2024, DO ESTADO DE SANTA CATARINA: LIMITES DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ESTADUAL	LUIZ EDUARDO CANI
TAILANE FERREIRA BOLA	HERANÇA DIGITAL E SUCESSÃO CAUSA MORTIS: DESAFIOS JURÍDICOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO RESP 2.124.424/SP	ANA LUÍSA DE MORAES VIEIRA
YNDIANARA DE PAULA DE OLIVEIRA	A EXECUÇÃO DA PENA NO CRIME DE FEMINICÍDIO: UM EMBATE ENTRE O CARÁTER RETRIBUTIVO E A EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	ANDRÉ SCHNEIDER

Blumenau (SC), 24 de março de 2026.

  
Prof.ª Priscila Zeni de Sá  
Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso